

PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA N.º 2/GGLC/2022

FORMAÇÃO DO CONTRATO DE “*FORNECIMENTO DE BENS CONSUMÍVEIS PARA A LOJA DO
CIDADÃO DA MADEIRA*”

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

1. Objeto do contrato

O contrato tem como objeto principal o **«fornecimento de bens consumíveis para a Loja do Cidadão da Madeira»**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas plasmadas no caderno de encargos.

2. Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira, com sede na Avenida Arriaga, 42 - B, 3.º andar, Sala 3.2, 9000-064 Funchal, com o número de telefone +351 291 212 216, fax: 291 212 220, endereço eletrónico lojadocidadao@lc.madeira.gov.pt.

A plataforma eletrónica de contratação pública utilizada é a acinGov, disponível em www.acingov.pt.

3. Órgão responsável pela decisão de contratar

Conforme resulta do artigo 36.º n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, a decisão de contratar foi tomada por despacho do Exmo. Senhor Diretor do Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira, datado de 13/06/2022, exarado nos termos conjugados dos artigos 4.º e 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2003/M, de 21 de maio, 3.º n.º 1 do Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2004/M, de 24 de abril, 17.º n.º 2 do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2015/M, de 28 de maio, 3.º n.º 3 alínea e) do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, todos nas suas atuais redações e o artigo 27.º n.º 1 alínea a) do Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/2021/M, de 30 de dezembro, no uso de competência própria.

4. Tipo do contrato

O contrato tem prestações típicas de fornecimento de bens móveis.

5. Critério de escolha do procedimento

A escolha do procedimento tem como fundamento o critério do valor, nos termos conjugados do artigo 16.º n.ºs 1, alínea b) e 2, alínea d), artigos 17.º, 18.º e 20.º n.º 1 alínea c) todos do CCP e ainda do artigo 4.º n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, nas suas atuais redações.

6. Preço Base

O parâmetro base do preço, preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, nos termos do artigo 47.º n.º 1 CCP, é **€ 20.686,92** (vinte mil, seiscentos e oitenta e seis euros e noventa e dois cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, sendo que, o preço base corresponde à soma do valor de **€ 9.813,82** (nove mil, oitocentos e treze euros e oitenta e dois cêntimos) acrescido de IVA para o primeiro ano de vigência de contrato e, em caso de renovação automática de **€ 10.873,10** (dez mil, oitocentos e setenta e três euros e dez cêntimos) para o segundo ano de vigência de contrato.

7. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento, erros e omissões

7.1 No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

7.2 Para efeitos do Código dos Contratos Públicos, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

7.3 A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

7.4 Até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

7.5 O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea *b)* do número anterior.

7.6 Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar ou o órgão por ele designado pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 7.4, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

8. Documentos que constituem a proposta

8.1 A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I-M do Decreto Legislativo Regional 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, em anexo ao presente convite (**Anexo I**);

b) Mapa em *Excel*, disponibilizado como **Anexo III**, devida e totalmente preenchido, contendo o **preço unitário e total para todos os bens, para cada ano** e ainda o **preço contratual total** de acordo com o qual o concorrente se dispõe contratar¹;

No preenchimento do referido mapa em *Excel*, e sob pena de exclusão da proposta, deve ter-se em consideração o seguinte:

- Deve ser obrigatoriamente preenchida toda a informação solicitada, não sendo permitido alterar/desproteger as células que contêm informação já pré-preenchida;
- Devem ser respeitadas as características e especificações das colunas/células pré-preenchidas e constantes, também, do Anexo A ao caderno de encargos;

¹ Atenção: O preço contratual total corresponde à soma do valor para o primeiro ano de contrato e do valor para o segundo ano, caso o contrato se renove automaticamente.

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

- **Todos os preços mencionados na proposta (unitários, intermédios e total) devem ser apresentados arredondados, até à 2.^a casa decimal.**

c) Ficha técnica dos bens a fornecer;

d) Declaração referente à proteção de dados pessoais de pessoas singulares (representantes legais), em anexo ao presente convite (**Anexo IV**).

8.2 Após a abertura das propostas, em caso de dúvida relativamente à conformidade das características técnicas dos bens a fornecer, pode ser solicitado aos concorrentes o envio de amostras, sendo os custos do envio das mesmas da exclusiva responsabilidade do concorrente.

9. Idioma dos documentos da proposta

A proposta e quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por considerar indispensáveis, devem ser redigidos em língua portuguesa.

10. Prazo e modo de apresentação da proposta

10.1 Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt), obrigatoriamente até às **17:00h do 27 de junho de 2022**.

10.2 Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada própria ou dos representantes legais. A aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer **em cada um dos documentos ou ficheiros eletrónicos da proposta**, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do artigo 3.º n.º 2 do Decreto-Lei N.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei N.º 88/2009, de 9 de abril, sob pena de exclusão da proposta, nos termos do artigo 146.º n.º 2 alínea I), aplicável por força do artigo 122.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

10.3 Em cumprimento do disposto no artigo 54.º n.º 7 da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura (por exemplo, caso o documento seja assinado com assinatura digital qualificada do cartão de cidadão), deve o

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente ou outro documento que considere suficiente para o efeito).

10.4 Nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinados por todos eles. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes para vincular a sociedade.

10.5 Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, nomeadamente, certidões, certificados ou atestados devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submeta.

10.6 Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

10.7 Quando pela sua natureza qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do ponto anterior, dever-se-á seguir os termos do disposto no n.º 5 do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos.

11. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

12. Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

13. Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

14. Critério de adjudicação

14.1 A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, em que o **fator preço será o único aspeto do contrato a celebrar em ponderação**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º, no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

14.2 Em caso de empate, serão aplicados os seguintes métodos de desempate:

- a) A proposta que indicar menor preço para as toalhas de mão;
- b) A proposta de menor preço para o papel higiénico;
- c) A proposta que indicar menor preço para os tapetes desinfetantes de urinóis;
- d) Sorteio com uma bola preta e uma bola branca. O procedimento será adjudicado ao concorrente que tirar a bola preta do saco opaco. Os concorrentes são convocados para o sorteio através da plataforma eletrónica de contratação pública disponível em www.acingov.pt, com a indicação do dia e da hora, com uma antecedência mínima de 5 dias.

15. Documentos de habilitação que devem ser obrigatoriamente apresentados pelo adjudicatário

15.1 Após a notificação da adjudicação, o adjudicatário deve entregar no prazo de 5 dias úteis, através da plataforma eletrónica² utilizada pela entidade adjudicante acinGov, os seguintes documentos:

- a) Declaração, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II-M do Decreto Legislativo Regional 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, em anexo ao presente convite **(Anexo II)**;
- b) Certidão Permanente de Registo Comercial;
- c) Certificado do registo criminal da pessoa coletiva e do(s) titular(es) dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa;

² Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa. Neste caso, para efeitos de consulta da informação anterior pela entidade adjudicante, considera-se prestado o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei.

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

d) Certidão comprovativa de que a empresa se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas para com a Segurança Social;

e) Certidão comprovativa de que a empresa se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal;

f) Comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo nos termos do disposto no artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e ainda da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;

g) Cópia do certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas com todas as inscrições em vigor e que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, exceto, tratando-se de concorrente português sujeito a registo comercial, caso em que este documento será dispensado pelo facto de a certidão prevista na alínea b) fazer prova suficiente da inscrição no aludido registo;

h) Documentos que comprovem o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, nomeadamente:

- i) Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira³;
- ii) Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10) e DMR;
- iii) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
- iv) Anexo R da última declaração periódica do IVA.

15.2 Os adjudicatários que considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referentes a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira devem apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto

³ Nos termos do disposto no artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual, o adjudicatário deve apresentar a declaração de rendimentos durante o prazo de vigência do contrato (até à receção da totalidade dos bens fornecidos).

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual.

15.3 O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação é de 2 dias úteis.

15.4 Os documentos de habilitação deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada.

15.5 Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

15.6 O adjudicatário deve, ainda, até à data da celebração do contrato, apresentar:

- A identificação completa (nome e número de identificação civil) e indicação da residência ou domicílio profissional da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, qualidade em que intervém(êm), com junção do(s) documento(s) que atribui(em) poderes para o efeito;
- A identificação do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, por parte do adjudicatário, conforme previsto na cláusula 15.ª do caderno de encargos;
- A indicação de um endereço de correio eletrónico para efeitos de notificações e comunicações entre as partes no âmbito da execução do contrato, conforme previsto na cláusula 23.ª do caderno de encargos.

16. Caução

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

17. Contrato

17.1 De acordo com o disposto nos artigos 94.º e 95.º do CCP, conjugados com o artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, nas suas redações atuais, e atendendo ao preço base (e ao provável preço contratual) será exigível a redução do contrato a escrito.

17.2 As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

18. Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos nas suas atuais redações, e demais legislação aplicável.

Em anexo: Anexos I, II, III e IV.

(Anexo I)

ANEXO I-M

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.. (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

(Anexo II)

ANEXO II -M

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

(Anexo III)

Mapa em Excel

Este mapa é disponibilizado em *Excel*, devendo ser apenso à apresentação da proposta.

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

(Anexo IV)

Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada e os representantes legais prestam consentimento para que os dados pessoais da pessoa coletiva e das pessoas singulares que a vinculam, sejam objeto de tratamento única e exclusivamente para efeitos de pedidos de esclarecimentos, apresentação de listas de erros e omissões, apresentação de propostas, elaboração de relatórios preliminares e finais, audiência prévia, notificação da adjudicação, notificação da apresentação dos documentos de habilitação, celebração de contrato, publicitação de contrato no portal dos contratos públicos, impugnações administrativas e judiciais e ainda que estes possam estar acessíveis, por determinação de entidade administrativa ou judicial para efeitos de auditoria e arquivo durante o período de 10 anos.

... (local),... (data),... (assinatura).